

A. I. Nº - 281392.0048/14-9
AUTUADO - DANIEL ARAÚJO DE MELO
AUTUANTE - PAULO CANCIO DE SOUZA
ORIGEM - INFAZ ATACADO
PUBLICAÇÃO - INTERNET - 06.11.2015

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0188-05/15

EMENTA: ITD. DOAÇÕES. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA – DAAIRPF, ATRAVÉS CONVÊNIO COM A RECEITA FEDERAL DO BRASIL. ANO-CALENDÁRIO 2009 - EXERCÍCIO 2010 E ANO-CALENDÁRIO 2010 - EXERCÍCIO 2011. Alegado erro no preenchimento da DAAIRPF do Ano-Calendário de 2009. Lançou erroneamente valores, no campo “pagamentos e doações efetuados”, quando o correto seria ter lançado no campo “declaração de bens e direitos” como um crédito de empréstimo ao portador do CPF/MF 078.555.244-87, o Sr. Floriano Jorge de Melo. Sujeito passivo apresenta documentações que comprovam o cometimento do erro. Item insubsistente. Quanto ao fato gerador do Ano-Calendário de 2010, o sujeito passivo admite cometimento da infração, porém clama pela isenção do ITD por se tratar de transferência na condição de “doação de pequeno valor”. Não se observa na legislação do ITD (Lei nº 4.826, de 27.01.89) qualquer deliberação nesse sentido. Item subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração, lavrado em 29/12/14, para exigir ITD no valor de R\$6.256,99, em decorrência da constatação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor do imposto incidente sobre doações de créditos declarados no IRPF do exercício de 2010, relativo ao ano calendário de 2009, no valor de R\$282.849,27 ao portador do CPF/MF 078.555.244-87 (Floriano Jorge de Melo) e doações de créditos declarados no IRPF do exercício de 2011, relativo ao ano calendário de 2010, no valor de R\$30.000,00 ao portador do CPF/MF 794.680.475-04 (Amanda Araujo de Melo).

O contribuinte ingressou com defesa tempestiva, às fls. 114/121 dos autos, destacando, inicialmente, dentre outras considerações, que o Fiscal Autuante constatou uma suposta irregularidade tributária, ou seja, falta de recolhimento de ITD, imposto sobre doações feitas para o CPF 078.555.244-87 no valor de R\$282.849,50. Sobre tal valor, diz que foi transferido a título de empréstimo. Consta também uma doação no valor R\$30.000,00 para o CPF 794.680.475-04. Sobre tal valor, diz que de fato ocorreu a doação.

Continuando com suas considerações de defesa, diz que a fiscalização entendeu que a autuada deixou de efetuar o pagamento do ITD sobre doações realizadas, conforme demonstrou em seu auto de infração, e por isso está a cobrar o valor do imposto que entende ser devido no montante de R\$6.256,99.

Após desenvolver algumas outras considerações sobre a caracterização da autuação, destaca que, no caso em apreço, têm-se duas situações, a saber: “o valor de R\$30.000,00 foi de fato transferido de forma definitiva para o CPF 794.680.475-04, fato este que poderá caracterizar uma doação, e que ensejaria o tributo”. Neste caso, destaca que, cabe ressaltar que a transferência deste valor se

enquadra na condição de doações de “pequeno valor”, sendo, portanto isento do pagamento do tributo na forma da legislação vigente.

A outra situação é de que: *“o valor de R\$282.849,50 transferido para o CPF 078.555.244-87, não se configura doação, eis que o referido valor já consta nas declarações de imposto de rendas das pessoas físicas envolvidas como empréstimo. Diz que, o referido empréstimo está respaldado no contrato de mútuo celebrado entre as partes, cuja finalidade foi administração dos valores da conta do requerente na aquisição de um apartamento conforme proposta de adesão anexa, do condomínio Residencial Brisa do Parque, a ser edificado na Rua Alameda Catânia, Lote 19 e 20, Salvador-Ba (proposta anexa), inclusive já assinada pelo seu Procurador o Sr. Floriano Jorge de Melo”*.

Observa que na sua declaração constou equivocadamente como sendo “DOAÇÃO”. Porém, apenas um erro material, mas que não comporta mais retificação em razão do prazo para retificar. Diz que, na declaração do Sr. FLORIANO JORGE DE MELO, corretamente consta como “EMPRÉSTIMO”, no item DÍVIDAS E ÔNUS, assim descrito:

“Recebido em 2009 de meu filho Daniel Araujo de Melo (CPF 785.813.545-72) através de transferências bancárias parciais, no valor de R\$282.849,27, para, como seu procurador, efetuar os pagamentos mensais das quotas do apartamento no Ed. Brisas do Parque, a ser executado pela Construtora São Conrado, em adesão ao regime de Condomínio de Construção, conforme documento de adesão assinado”

Destaca que, apenas por erro material no preenchimento da declaração do imposto de renda, constou como pagamento de doação e não com bens e direitos, empréstimos a pessoa física. Ainda nessa perspectiva, diz trazer aos autos outras considerações no sentido de demonstrar que de fato trata-se de uma operação de empréstimo e não de doação, como equivocadamente posto na Declaração do ano-calendário 2009, exercício 2010.

Aduz que o conjunto probatório trazido à baila, serve indiscutivelmente para provar as alegações do requerente, pois há provas da transferência da quantia supramencionada com a posterior devolução do valor referenciado. Logo, diz que, fica mais que provado que o valor referente a transferência de R\$282.849,50 para o CPF 078.555.244-87 não se trata de doação e sim de empréstimo.

Pelo exposto, e pelas provas apresentadas, requer que considere o valor ora discutido como empréstimo, e conseqüentemente, a anulação do presente auto para extinguir a cobrança do respectivo tributo.

O autuante, ao prestar a informação fiscal, às fls. 125/126 dos autos, diz que, por intermédio de convênio de cooperação técnica firmado com a Receita Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia deu início ao cruzamento de informações prestadas nas Declarações de Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas domiciliadas neste Estado, relativas a situações que indiquem possível falta de recolhimento do ITD instituído pela Lei Estadual nº 4.826/89.

Com base nessas informações, diz que, o Sr. DANIEL ARAÚJO DE MELO, inscrito no CPF sob o nº 785.813.545-72, foi notificado pela SEFAZ/BA, para recolhimento do ITD referente à doação recebida e declarada na DIRPF, anos calendário 2009 e 2010.

A Notificação Fiscal, com data de lavratura de 29/12/2014, traz um débito apurado, referente a 2009 no valor de R\$5.656,99 (que é resultado da aplicação da alíquota de 2% sobre a base de cálculo, que, desse modo, equivale a R\$ 282.849,50) e referente a 2010, no valor de R\$600,00 (que é resultado da aplicação da alíquota de 2% sobre a base de cálculo, que, desse modo, equivale a R\$30.000,00).

No dia 15/06/2015, o requerente ingressou com Defesa, através do Processo nº 112189/2015-2, contestando a cobrança do ITD indicada na Notificação Fiscal, argumentando que:

- “A doação recebida em 2010 efetivamente ocorreu, mas se enquadra na condição de “Doações de pequeno valor”, sendo, portanto, isento. (pág. 117)”

- “A transferência patrimonial declarada em 2009 refere-se a movimentação financeira entre o contribuinte e Floriano George de Melo CPF 078555.244-87 para na condição de procurado, efetuar pagamentos mensais de cotas do apartamento Edf. Brisa do Parque, a ser executado pela construtora São Conrado (pág. 66). Foi apresentado contrato com a construtora onde Floriano George de Melo assina na condição de procurador (pág. 93), contrato de mútuo entre Floriano e Daniel com o valor transferido”.

Sobre as alegações do contribuinte, informa que:

1. Em relação à doação de 2010, não existe dispositivo legal que defina a categoria de “doação de pequeno valor”, ou seja, a isenção pleiteada não está prevista em lei. Portanto, está mantida a exigência do crédito tributário.
2. Em relação ao imposto exigido em 2009, acata a justificativa apresentada.

Diante dos fatos e insuficiência dos documentos anexados pede pela procedência total do Auto de Infração.

VOTO

Versa a autuação de constituição de crédito tributário por Auto de Infração, lavrado em 29/12/2014, para exigir ITD no valor de R\$6.256,99, em decorrência da constatação de falta de recolhimento do imposto incidente sobre doações de créditos declaradas no IRPF do exercício de 2010, relativo ao ano-calendário de 2009 no valor de R\$282.849,50, ao portador do CPF/MF 078.555.244-87 (Floriano Jorge de Melo) e doações de créditos declarados no IRPF do exercício de 2011, relativo ao ano calendário de 2010, no valor de R\$30.000,00 ao portador do CPF/MF 794.680.475-04 (Amanda Araujo de Melo), com enquadramento no art. 1º, inciso III, da Lei nº 4.826, de 27/01/89, e multa de 60%, tipificada no art. 13, inciso II, do mesmo diploma legal, tendo lançado os valores de ITD nos valores de R\$5.656,99 e R\$600,00, respectivamente, calculados à alíquota de 2% sobre cada uma das bases de cálculo encontradas.

Sobre o “*modus operandis*”, a composição da base de cálculo, a alíquota, o enquadramento da autuação e a tipificação da multa, não há controvérsia entre as partes, a lide se instala em relação ao fato gerador relacionado à doação dos créditos declarada no IRPF do exercício de 2010, relativo ao ano-calendário de 2009 no valor de R\$282.849,50 (fl. 17), ao portador do CPF/MF 078.555.244-87, o Sr. Floriano Jorge de Melo, em que o defendente alega não se referir a uma transferência patrimonial por doação e sim por empréstimo, onde, por equívoco, lançou erroneamente no campo “*pagamentos e doações efetuados*”, quando o correto seria ter lançado no campo “*declaração de bens e direitos*” como um crédito de empréstimo concedido a receber em um momento futuro.

Compulsando os documentos acostados aos autos, em sede de procedimento de saneamento do processo, vê-se cópias das Declarações de Ajuste Anual dos exercícios de 2011 (fl. 22), 2012 (fl. 26-v), 2013 (fl. 31-v) e 2014 (fl. 37), relativo ao autuado Sr. Daniel Araújo de Melo, em que se tem a informação do valor R\$282.849,50, constando do campo “*declaração de bens e direitos*”, mais ainda, na Declaração de Ajuste Anual do exercício de 2015 (fl. 42), a informação no campo “*declaração de bens e direitos*”, não mais do valor de R\$282.849,50, e sim o valor de R\$221.634,26, representando o saldo do crédito concedido, junto ao portador do CPF/MF 078.555.244-87, o Sr. Floriano Jorge de Melo, após a amortização de uma parte do empréstimo no ano-calendário de 2014.

Tais Declarações de Ajuste Anual, com os dados acima destacados, associadas às informações de movimentações entre contas correntes da Caixa Econômica Federal (fls. 96/113), relacionadas ao autuado Sr. Daniel Araújo de Melo e o Sr. Floriano Jorge de Melo, bem assim, a cópia do contrato de mútuo assinado entre os mesmos (fls. 94/95), além da própria manifestação, na informação fiscal, consignada pelo Fiscal Autuante acatando os argumentos da defesa; não há porque não concordar de que a operação relacionada ao valor de R\$282.849,50, no ano de 2009,

refere-se a uma transferência patrimonial por empréstimo concedido, pelo autuado Sr. Daniel Araújo de Melo ao Sr. Floriano Jorge de Melo e não por doação, como equivocadamente fora posto na Declaração de Ajuste Anual do exercício de 2010, ano-calendário 2009, conforme posto na descrição dos fatos da autuação. Em sendo assim, voto pela insubsistência do item relacionado à Data Ocorrência 30/11/2009 no valor histórico do ITD apurado de R\$5.656,99.

Quanto ao fato gerador da Data Ocorrência de 31/12/2010 no valor de ITD apurado de R\$600,00, decorrente da aplicação da alíquota de 2% sobre o valor da doação de R\$30.000,00 apontada na Declaração de Ajuste Anual do exercício de 2011, ano-calendário 2010, não há discordância do defendente quanto à autuação, já que efetivamente diz ter havido a transferência patrimonial por doação ao portador do CPF/MF 794.680.475-04, a Sra. Amanda Araújo de Melo.

A discordância da autuação é por conta do entendimento do autuado que tal transferência se enquadra na condição de “doações de pequeno valor”, o que estaria isento do pagamento do tributo na forma da legislação. Razão restaria ao defendente caso o objeto da autuação houvera sido a cobrança do imposto de renda sobre ganho de capital auferido por pessoa física na alienação de bens e direitos de pequeno valor, em que a legislação estabelece isenção para valores inferiores a R\$35.000,00 (art. 1º, IN/SRF Nº 599, de 28.12.2005), o qual está sob a égide do Governo Federal, o que não é o caso da presente autuação.

Da análise das peças que compõem o presente processo, vê-se que o objeto da autuação é a transmissão de créditos por doações, como explicitado na descrição dos fatos da autuação, com o montante do imposto calculado à alíquota de 2,0%, no que depreende o inciso II, art. 9º, da Lei nº 4.826, de 27.01.89, legislação pertinente a época do fato gerador na forma a seguir descrita:

“Art. 9º As alíquotas do ITD são as seguintes:

*II - nas doações de **quaisquer bens ou direitos**, 2% (dois por cento) sobre o valor tributável. (Grifo acrescido)”*

Como tal, não observo na legislação do Imposto sobre Transmissão “CAUSA MORTIS” e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), Lei Estadual nº 4.826, de 27.01.89, qualquer dispositivo de isenção relacionado ao montante do valor transferido a terceiros, como argúi o defendente no instrumento de defesa. Isto posto, voto pela procedência desse item da infração.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **281392.0048/14-9**, lavrado contra **DANIEL ARAÚJO DE MELO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$600,00**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 13, II, da Lei nº 4.826/89, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de outubro de 2015.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

JOÃO VICENTE COSTA NETO – RELATOR

JOWAN DE OLIVEIRA ARAUJO – JULGADOR